

## Educação Multicultural - do imperativo social à ausência de políticas

«Mas não nasci eu para assim acreditar, antes para descrever e duvidar, que essa é a minha desventura.»  
(Monteiro Cardoso, *Boas Fadas que te Fadem*)

No artigo anterior, vimos como a generalidade dos sistemas educativos entrou em processo de reforma permanente (muito ao jeito das idiossincrasias funcionais dos ministros). Querendo adaptar-se às mudanças vertiginosas do mundo, os sistemas educativos alhearam-se dos fenómenos de pobreza, exclusão e desigualdade que afectam zonas desfavorecidas do globo e importantes estratos populacionais das privilegiadas sociedades ocidentais. Os resultados dessas reformas são globalmente insatisfatórios.

### Portugal multicultural

A sociedade portuguesa tem vindo a sofrer grandes transformações nos últimos anos, nomeadamente ao nível da sua composição demográfica. A abertura do país, iniciada em 1974 com a democracia e aprofundada com a adesão à comunidade europeia, trouxe até nós populações migrantes dos quatro cantos do mundo, com particular incidência da Europa e África. Só na década de 1986-96, o número de estrangeiros em Portugal aumentou 97%. Essa diversidade étnico-cultural é facilmente constatável nas escolas públicas (ou seja, nas 90% das escolas existentes), como podemos ver no quadro que se segue.

### "Lusos" vs "Não Lusos" na escola pública portuguesa, 1995/96

	Total	Lusos	Não Lusos	Minorias %
1º ciclo	457572	421602	35970	7,9
2º ciclo	232680	215262	17418	7,5
2º ciclo ebm	16483	15805	678	4,1
3º ciclo	328195	304881	23314	7,1
Secundário	254745	237580	17165	6,7
<b>Total</b>	<b>1289675</b>	<b>1195130</b>	<b>94545</b>	<b>7,3</b>

Fonte: BD Entreculturas, 1997.

A presença de grupos étnico-culturais é mais acentuada no 1º ciclo (onde quase duplicou em termos percentuais, no período de cinco anos), diminuindo ligeiramente na transição de cada um dos níveis de escolaridade subsequentes.

### Medidas multiculturais positivas

Perante estas novas realidades, na década de 90, foram sendo despoletadas, medidas institucionais, ao nível dos órgãos do poder, promotoras da educação multicultural e de apoio a minorias étnico-linguísticas; aqui se enumeram, de forma sumária, apenas as principais:

\* Ao nível do poder central:

- Criou-se o *Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural*, em Março de 1991. Implementou-se a "base de dados" Entreculturas, com *surveys* anuais sobre a demografia multicultural nas escolas da rede pública.
- Incentivou-se a fundação da *Associação de Professores para a Educação Intercultural*, em Setembro de 1993.
- Desencadeou-se o *Projecto de Educação Intercultural (PREDI)*, no ano lectivo de 1993-94 (começou com 30 escolas, alargado a 52 escolas públicas dos três ciclos do ensino básico e prolongado por mais dois anos,

na sua 2ª fase). Encerrou com um seminário em 4/7/97, no qual esteve presente James Banks. Os relatórios finais de execução (Martins et al., 1998) e de avaliação externa (Alaiz et al., 1998) foram publicados em livro no início de Dezembro último.

- Promoveu-se a formação de *mediadores culturais* para apoio à escolarização de crianças da comunidade cigana - *Projecto Ir à Escola* - da responsabilidade do Departamento de Educação Básica do ME (curso de formação implementado entre 1994-97). Anteriormente, havia sido levada a cabo uma formação pioneira pelo Programa de Promoção Social de Ciganos, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1993-95, e agora a ser continuada pela Pastoral dos Ciganos.
- Criou-se a figura do *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, em finais de 1995.
- Consagrou-se, por iniciativa da Assembleia da República, a *diversidade linguística*, através do reconhecimento de duas línguas minoritárias, uma de âmbito nacional e outra de âmbito regional, pondo-se assim fim ao tabu do país monolíngue:
  - (1) *Língua Gestual Portuguesa* consagrada na Constituição da República, após a revisão de 1997 (alínea h) do artº 74º: incumbe ao Estado «Proteger e valorizar a Língua Gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades». No domínio legislativo, tal só tem paralelo na Finlândia e no Uganda. Posteriormente, um despacho veio definir as condições para a criação e funcionamento de «unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos» em cerca de 40 estabelecimentos públicos do ensino regular do básico e secundário.
  - (2) *Mirandês*, reconhecida em Setembro de 1998, tem agora o direito a receber apoio científico e educativo, com vista à formação de professores de língua e cultura mirandesas.
- Institucionalizou-se a *diversidade religiosa*, terminando deste modo o monopólio da religião católica nas escolas: a frequência da disciplina facultativa de *Educação Moral e Religiosa*, do 1º ao 12º anos das escolas públicas, pode ser ministrada, a partir deste ano, por qualquer confissão religiosa com implantação no país 1.
- Lançou-se o projecto *Pelas Minorias*, integrado no programa Cidades Digitais, apoiado num protocolo conjunto, assinado em Outubro de 1998, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnica, que possibilita o acesso dos jovens de comunidades imigrantes às novas tecnologias da informação, permitindo também a comunicação entre as associações lusófonas, através de um espaço próprio na Internet.

\* Ao nível do poder autárquico:

- Criação de *Conselhos Municipais das Comunidades Étnicas e Imigrantes*, como órgão de consulta, em câmaras como as de Lisboa, Amadora e Cascais.

\* Ao nível do ensino superior:

- Funcionamento de três cursos de mestrado nas área da educação multicultural: Universidade Aberta - *Relações Interculturais* (1991); Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Ciências Humanas - *Ciências da Educação, área de especialização em Educação Multicultural* (1995); Universidade do Porto/ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - *Ciências da Educação, área de Educação e Diversidade Cultural* (1996).

\* Ao nível das escolas do ensino básico e secundário:

- Lançamento de Projectos/Clubes tendentes à promoção da educação multicultural (muitos deles divulgados, em Lisboa, na "Mostra de Projectos Entreculturas", em Março de 1992, e no seminário "Um Olhar sobre o Outro", em Novembro de 1997).
- Geminação de diversas escolas portuguesas e africanas.
- Intercâmbio de estudantes e professores de diferentes países (com incidência nos europeus e africanos).

Um conjunto de acções que denotam algum voluntarismo, empenhamento e desejo de mudar em certos sectores, mas longe de serem consistentes com o que poderíamos chamar de política multicultural estruturante.

### Sinais de preocupação multicultural

Apesar de todas estas medidas e acções, a educação multicultural tarda em sair dos nichos académicos e da militância pedagógica. A generalização da experiência acumulada com os vários projectos implementados (ainda que na sua maioria modestos nos meios e nos propósitos, ficando muito aquém das metas enunciadas por Banks (1988 e 1991) não avança, embora o ME, em 1995, tenha manifestado a intenção do seu «gradual alargamento a todo o sistema educativo».

Infelizmente, assistimos a um certo desinvestimento nesta área por parte da actual equipa do ME que não vê na educação multicultural um objectivo estratégico e de inovação do sistema. Nos mais importantes documentos definidores da política educativa - *Pacto Educativo para o Futuro* (Fevereiro de 1996) e *Educação, Mudanças para o Futuro* (Março 1998) - a multiculturalidade é reduzida à sua expressão mínima: está lá a expressão «educação intercultural» (a moda assim o recomenda) mas não passa de um figura de retórica, sem conteúdo concreto nas

medidas de acção. Na prática, continua-se a agir na lógica de que a educação multicultural é só para alguns... as minorias étnicas, a quem bastam projectos ad-hoc circunscritos a escolas "coloridas", o que contradiz a principal recomendação do *Relatório de Execução* do PREDI: «A multiculturalidade é uma problemática emergente na sociedade e na escola portuguesa que diz respeito a todas as escolas e a todos os alunos. Limitar a reflexão sobre a intervenção a desenvolver às escolas com maior peso de alunos pobres e/ou étnica e culturalmente diferenciados, seria um erro estratégico grave, já que retiraria a possibilidade de preparar todos os alunos para viverem num mundo plural, onde a mobilidade é uma constante» (Martins et al., 1998:87).

Os sinais preocupantes de intolerância inter-étnica e, mais grave ainda, de heterofobia (Areia, 1998), que nos são relatados quase diariamente pela comunicação social, mostra que se deve caminhar no sentido desta recomendação. Atente-se nos ciganos que continuam a ser alvo de discriminações sistemática (Souta, 1998). Nem as crianças que frequentam as escolas escapam: as populações querendo-as afastar dos seus filhos exigem professores próprios para os ciganos, ensino em sala separada, chegando-se mesmo a falar «numa espécie de ano zero de integração» (como aconteceu no início deste ano escolar com seis miúdos ciganos em Montemor-o-Velho) 2.

A pressão dos pais tem chegado a situações extremas como a de fechar escolas a cadeado, o que «esconde, em maioria estatisticamente comprovada, comportamentos de racismo», como o reconhece o próprio secretário de estado da administração educativa 3.

Casos como estes evidenciam a necessidade urgente de uma educação intercultural «para todos, independentemente da configuração racial ou étnica dunha colectividade, pensada e realizada, eso sí, desde e para unha situación concreta. Pero non contrefeida nin reducida a educación para marxinaados» (Rego, 1998: 38-39).

Para quando a adopção de uma política multicultural global em detrimento de medidas avulsas, esporádicas, limitadas e de reduzido impacto?

## Notas

(1) Decreto-Lei nº 329/98 de 2 de Novembro.

(2) Moris Farhi, escritor turco radicado em Londres e presidente do comité *Writers in Prison*, em entrevista dada ao jornal o *Público* de 15/11/98, considera os ciganos e escritores dissidentes como os dois grupos mais perseguidos da actualidade, uns por razões racistas os outros por estarem «na frente da luta contra a tirania e a perseguição».

(3) Intervenção no seminário internacional "O Direito à Educação", 27/11/98.

## Referências

- ALAIZ, Vitor et al. (1998) *Projecto de Educação Intercultural: Relatório de Avaliação Externa*. Lisboa: ME-Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/ Coleção Educação Intercultural, nº 9.
- AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de (1998) "Portugal e o 'outro' Africano: a Imigração e o Racismo" in *Portugal na Transição do Milénio. Fim de Século/ Margens*, pp. 409-417.
- BANKS, James A. (1988) "Approaches to Multicultural Curriculum Reform". *Multicultural Leader*, vol. 1, nº 2, Spring, pp. 1-4.
- BANKS, James A. (1991) "Multicultural Literacy and Curriculum Reform". *Educational Horizons*, Spring, pp. 135-140.
- MARTINS, Isabel F. et al (1998) *Projecto de Educação Intercultural 1993/94-1996/97: Relatório de Execução*. Lisboa: E-Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, nº 8.
- REGO, Miguel Anxo Santos (1998) "A Educación Intercultural como desafio político e pedagógico na esfera pública", *Pensar Educação*, nº 1, Julho, pp. 33-41.
- SOUTA, Luís (1997) *Multiculturalidade & Educação*. Porto: Profedições.
- SOUTA, Luís (1998) "Escola de Excluídos: Reflexões Críticas sobre Multiculturalidades", *Pensar Educação*, nº 1, Julho, pp. 25-32.

**Luís Souta**

CIOE/ Escola Superior de Educação / Setúbal